

RTA-336-2016

**Cooperativa Central de Economia e
Crédito Mútuo das Unicreds do Estado
de São Paulo – Unicred Central SP**

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de
2016 e de 2015 e o Relatório dos Auditores
Independentes**

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Às Associadas e Administradores da
**Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds
do Estado de São Paulo – Unicred Central SP**
São Paulo SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto SP, 12 de agosto de 2016.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

José Paulo de Castro
Contador CRC 1SP145661/O-2

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>		<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		830.046	658.712	Circulante		863.674	642.577
Disponibilidades	3	18	247	Relações interfinanceiras	10	859.757	637.410
Títulos e valores mobiliários	4	720.368	617.892	Outras obrigações	11	3.917	5.167
Relações interfinanceiras	5	103.324	39.837				
Operações de crédito	6	4.801	414	Não circulante		457	575
Outros créditos	7	1.504	293	Exigível a longo prazo			
Outros valores e bens		31	29	Outras obrigações	11	457	575
Não circulante		62.314	15.317				
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido	12	28.229	30.877
Títulos e valores mobiliários	5	44.838	-	Capital social		26.413	28.710
Operações de crédito	6	4.404	2.290	Reserva de sobras		1.476	2.122
Outros créditos	7	872	850	Sobras acumuladas		340	45
Outros valores e bens		-	2				
Investimentos	8	11.747	11.686				
Imobilizado de uso	9	285	373				
Intangível		168	118				
Total do ativo		892.360	674.029	Total do passivo e patrimônio líquido		892.360	674.029

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	Nota	2016	2015
Ingressos de intermediação financeira		62.012	40.232
Operações de crédito	6	1.178	612
Títulos e valores mobiliários	4	60.834	39.619
Dispêndios da intermediação financeira		(61.134)	(39.087)
Operações de captação no mercado	10b	(61.052)	(39.063)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(82)	(24)
Resultado bruto da intermediação financeira		878	1.144
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(941)	(1.452)
Ingressos de prestação de serviços		101	58
Dispêndios de pessoal e honorários		(3.418)	(2.996)
Outros dispêndios administrativos	13	(1.656)	(1.281)
Outros dispêndios operacionais		(19)	(16)
Outros ingressos operacionais	14	4.051	2.783
Resultado operacional		(63)	352
Resultado não operacional	19	403	352
Sobra do semestre		340	45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	Reserva de sobras					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para expansão	Outras reservas especiais	Sobras acumuladas	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	28.710	562	824	315	78	30.489
Constituição de reserva especial	-	-	-	78	(78)	-
Baixa de capital	(2.297)	-	-	-	-	(2.297)
Utilização de reservas	-	-	(146)	(157)	-	(303)
Sobra do semestre	-	-	-	-	340	340
Saldos em 30 de junho de 2016	26.413	562	678	236	340	28.229

	Reserva de sobras					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para expansão	Outras reservas especiais	Sobras acumuladas	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	24.735	553	1.419	-	505	27.212
Constituição de reserva especial	-	-	-	505	(505)	-
Integralização de capital	3.975	-	-	-	-	3.975
Utilização de reservas	-	-	(313)	(42)	-	(355)
Sobra do semestre	-	-	-	-	45	45
Saldos em 30 de junho de 2015	28.710	553	1.106	463	45	30.877

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	38.645	64.764
Sobra ajustada do semestre	408	194
Sobra do semestre	340	45
Depreciações e amortizações	68	139
Residual de baixas do imobilizado de uso	-	10
Aumento nos ativos	(58.988)	(15.165)
Títulos e valores mobiliários	3.994	-
Relações interfinanceiras	(72.712)	(30.144)
Operações de crédito	10.643	14.190
Outros créditos e outros valores e bens	(913)	789
Aumento nos passivos	97.225	79.735
Relações interfinanceiras	97.324	83.247
Outras obrigações	(99)	(3.512)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(70)	(7.150)
Aumento de investimentos	(61)	(7.024)
Aquisições de imobilizado de uso	(9)	(50)
Aplicações do intangível	-	(76)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(2.600)	3.620
Utilização de reservas	(303)	(355)
Integralização de capital	-	3.975
Baixa de capital	(2.297)	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	35.975	61.234
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	687.980	560.192
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	723.955	621.426
Aumento do caixa e equivalente de caixa	35.975	61.234

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP (Cooperativa) tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), conforme Resolução 4.434/2015.

A Cooperativa está sediada em São Paulo SP, com sua área de atuação no Estado de São Paulo.

A Cooperativa desfilou-se da Confederação das Unicreds (Unicred do Brasil), conforme nota explicativa 18, e associou-se ao Sistema Cooperativo Sicoob. Os saldos das transações com a Unicred do Brasil, quando pertinente, serão transferidos para o Sicoob conforme negociação e normas internas e legais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo 5.764/1971 e Lei Complementar 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33). As demonstrações financeiras, incluindo

as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração em 12 de agosto de 2016.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário:

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos estão vinculados a garantia de operações com cartões de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade a atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN 2.682/1.999, que classificam as operações por nível de risco.

b.6 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Cooperativa, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.7 Investimentos

Representados, substancialmente, por participação na Confederação das Unicreds avaliada pelo custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Demonstrados pelo valor dos gastos, amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos sujeitos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.11 Relações interfinanceiras - passivo

Registradas pelo montante dos recursos das associadas (cooperativas singulares) centralizados pela Cooperativa, e inclui os encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

b.12 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão e divulgação.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses, estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

Por necessidade de garantia de operações com cartão de crédito das cooperativas singulares associadas, a Cooperativa vinculou parte importante de suas aplicações, alterando a sua liquidez. A Administração da Cooperativa, em análise dos ativos e passivos, entende que não há risco de liquidez, conforme política da Unicred do Brasil.

Em 30 de junho de 2016, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 33.628. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 49.657. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 16.029.

b.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e Bacen.

b.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, quando incorridos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 15% até setembro/2015 e 17% a partir de outubro/2015, conforme Lei 13.169/2015. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceira – ativo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN 3.604/2008.

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	18	247
Títulos e valores mobiliários - 90 dias (nota 5)	720.368	617.892
Cheques maiores remetidos a outros bancos (nota 6)	3.569	3.287
	<u>723.955</u>	<u>621.426</u>

4 Títulos e valores mobiliários

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>
Cotas de fundos de curto prazo	33.093	-	33.093 (i)	-
Letra financeira subordinada	6.842	-	6.842	-
Cotas de fundos referenciados	6.625	-	6.625	5.962
Cotas de fundos de renda fixa	666.531	-	666.531 (ii)	565.510
Letras Financeiras do Tesouro	7.277	44.838	52.115 (iii)	46.420
	<u>720.368</u>	<u>44.838</u>	<u>765.206</u>	<u>617.892</u>

(i) Referem-se a títulos aplicados em fundos de curto prazo de instituições financeiras de primeira linha. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os títulos podem ser resgatados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa.

(ii) Referem-se a títulos aplicados em fundos de renda fixa de diferentes instituições financeiras. A concentração na maior instituição representa 49% do valor total investido. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os títulos podem ser resgatados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa.

(iii) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, custodiadas a Selic, vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente.

No primeiro semestre de 2016 foram registrados os rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários e depósitos intercooperativos no montante de R\$ 60.834 (R\$ 39.619 em 2015).

5 Relações interfinanceiras - ativo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cheques maiores remetidos a outros bancos (nota 3)	3.569	3.287
Centralização financeira – Unicred do Brasil (nota 18)	97.003	32.435
Fundo Garantidor de Depósitos (nota 18)	2.752	4.115
	<u>103.324</u>	<u>39.837</u>

Refere-se a depósitos efetuados na Unicred do Brasil, sendo esses recursos próprios ou referentes ao Fundo Garantidor de Depósitos (FGD), conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (notas 10 ii e 18).

As relações interfinanceiras, exceto os cheques maiores remetidos a outros bancos, não são consideradas equivalentes de caixa para efeito da demonstração de fluxos de caixa.

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2016			2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	4.847	4.440	9.287	418	2.310	2.728
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(46)	(36)	(82)	(4)	(20)	(24)
	4.801	4.404	9.205	414	2.290	2.704

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2016	2015
		Vincendas	Vincendas
A	0,5	2.071	606
B	1	7.216	2.122
		9.287	2.728

c Composição do não circulante por ano de vencimento

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2016	-	280
2017	368	535
2018	1.192	531
2019	1.416	812
2020	1.174	152
2021	290	-
	<u>4.440</u>	<u>2.310</u>

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	(156)	(171)
(Reversão) da provisão	156	171
Constituição da provisão	(82)	(24)
Saldo final	(82)	(24)

7 Outros créditos

Descrição	2016			2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e antecipações	90	-	90	99	-	99
Devedores diversos – País (i)	1.414	-	1.414	194	-	194
Devedores por depósitos em garantias (ii)	-	872	872	-	850	850
	<u>1.504</u>	<u>872</u>	<u>2.376</u>	<u>293</u>	<u>850</u>	<u>1.143</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a valores a receber das singulares associadas.

(ii) Refere-se a depósitos judiciais para o PIS e COFINS sobre rendimentos das aplicações financeiras, atualizados até 30 de junho de 2016 pela taxa Selic (nota 11 iv).

8 Investimentos

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Confederação das Unicreds (i)	11.671	11.671
Unicred Corretora de Seguros Ltda.	61	-
CNAC	15	15
	<u>11.747</u>	<u>11.686</u>

(i) Com a desfiliação da Unicred do Brasil, conforme nota explicativa 18, o valor do investimento deve ser restituído. As condições da restituição ainda não estão definidas.

O quadro abaixo apresenta a movimentação nos exercícios dos investimentos:

	<u>Unicred do Brasil</u>	<u>Unicred Corretora</u>	<u>CNAC Confederação de Auditoria</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	11.671	-	15	11.686
Integralização de capital	-	61	-	61
Saldos em 30 de junho de 2016	11.671	61	15	11.747

	<u>Unicred do Brasil</u>	<u>CNAC Confederação de Auditoria</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	4.647	15	4.662
Aumento de investimentos	7.024	-	7.024
Saldos em 30 de junho de 2015	11.671	15	11.686

Os investimentos na Confederação das Unicreds (Unicred do Brasil) e CNAC são avaliados pelo método de custo. O investimento na Unicred Corretora representa 19,7% do capital da investida e também é avaliado pelo método de custo.

9 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Depreciação		2016	2015
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	250	(203)	47	57
Instalações	10%	680	(675)	5	34
Móveis e equipamentos de uso	10%	252	(132)	120	144
Sistema de processamento de dados	20%	488	(379)	109	133
Sistema de comunicação	10%	7	(5)	2	3
Sistema de segurança	10%	5	(3)	2	2
		1.682	(1.397)	285	373

b Movimentação nos semestres

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.673	(1.354)	319
Adições	9	(43)	(34)
Saldos em 30 de junho de 2016	1.682	(1.397)	285

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.614	(1.160)	454
Adições	50	(121)	(71)
Baixa	(12)	2	(10)
Saldos em 30 de junho de 2015	1.652	(1.279)	373

10 Relações interfinanceiras – passivo

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Centralização financeira (i)	858.653	633.718
Cheques e outros papéis recebidos	<u>1.104</u>	<u>3.692</u>
	<u>859.757</u>	<u>637.410</u>

(ii) Refere-se aos depósitos das cooperativas singulares associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, e tem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

b Concentração da centralização financeira

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>
Maior depositante	333.194	39%	201.860	32%
10 maiores depositantes	851.382	99%	628.615	99%

No primeiro semestre de 2016, a Cooperativa remunerou esses depósitos no montante de R\$ 61.051 (R\$ 39.063 em 2015), que para efeito de apresentação da demonstração das sobras ou perdas é classificado como “Dispêndios da intermediação interfinanceira”.

A Administração da Cooperativa analisa não haver risco de concentração.

11 Outras obrigações

Descrição	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	7	-	7	85	-	85
Fundo Garantidor de Depósitos (ii)	2.752	-	2.752	4.114	-	4.114
Cotas de capital a pagar (iii)	128	192	320	127	320	447
	2.887	192	3.079	4.326	320	4.646
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	176	-	176	155	-	155
	176	-	176	155	-	155
Diversas:						
Provisão para pagamentos a efetuar	555	-	555	543	-	543
Credores diversos no país	299	-	299	143	-	143
Provisão para passivos contingentes (iv)	-	265	265	-	255	255
	854	265	1.119	686	255	941
	3.917	457	4.374	5.167	575	5.742

(i) O FATES tem formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 12b).

(ii) Até o mês de março de 2014, a Cooperativa participava da constituição do Fundo Garantidor de Depósito (FGD) do Sistema Unicred, e nas condições estabelecidas no regulamento próprio do fundo. A partir daquela data, passou a participar do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), instituído pela Resolução CMN 4.284/2013.

- (iii) Refere-se ao capital de ex-associadas, que estão sendo restituídas conforme decisão da AGO.
- (iv) A Cooperativa possui contingências tributárias decorrentes do curso normal das operações. As contingências tributárias representam os processos em que são discutidas a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pelas autoridades fiscais nas situações de interesse de pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador. Contudo, com base no teor das matérias e nas experiências anteriores, a Administração da Cooperativa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Referidas provisões estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais, registrados em outros créditos no ativo não circulante.

As provisões e os depósitos em garantia estão assim resumidos:

Tributo	2016		2015	
	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia
PIS / COFINS	215	185	193	162
CSLL	-	675	-	675
Outros	50	12	62	13
	265	872	255	850

A movimentação dos depósitos judiciais e da provisão para passivos contingentes foi a seguinte:

	Depósitos judiciais	Provisão para passivos contingentes
Saldo em 1º de janeiro de 2016	864	256
Depósitos realizados / constituição de provisão	8	9
Saldo em 30 de junho de 2016	872	265
Saldo em 1º de janeiro de 2015	840	245
Depósitos realizados / constituição de provisão	10	10
Saldo em 30 de junho de 2015	850	255

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

A Cooperativa é ré em duas demandas de natureza tributária e uma de natureza cível, discutida na esfera judicial, com valor de causa de R\$ 408, em 30 de junho de 2016. A Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar qualquer provisão para contingências em face desse assunto.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas cotas integralizadas de dez associadas em 30 de junho de 2016 (onze associadas em 2015), no valor nominal de R\$ 1,00 cada. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de 2016 não houve aumento de capital (R\$ 3.975 em 2015), com recursos provenientes das associadas, e também ocorreu baixa no primeiro semestre de 2015 no montante de R\$ 2.297, proveniente de associada desligada.

O capital social é de R\$ 26.413 e de R\$ 28.710 em 30 de junho de 2016 e de 2015, respectivamente.

b Destinações legais e estatutárias

Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa; e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 11 i).

c Aprovação da destinação das sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e aprovadas conforme Estatuto Social, normas do Bacen e conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 19 de março de 2016, aprovou as demonstrações financeiras de 2015 por unanimidade.

13 Outros dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços do sistema financeiro	(32)	(25)
Serviço técnico especializado	(288)	(206)
Processamento de dados	(486)	(305)
Viagem no país	(246)	(170)
Sistema de comunicação	(114)	(80)
Aluguéis	(182)	(128)
Outros dispêndios administrativos	<u>(308)</u>	<u>(367)</u>
	<u>(1.656)</u>	<u>(1.281)</u>

14 Outros ingressos operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ressarcimento de dispêndios operacionais	10	35
Reversão de provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa (nota 6d)	156	171
Outras rendas operacionais (i)	<u>3.885</u>	<u>2.577</u>
	<u>4.051</u>	<u>2.783</u>

(i) A Cooperativa possui uma relação de interdependência de suas associadas, visto que o seu custo é reembolsado por elas. A Cooperativa é responsável por fiscalizar os processos e procedimentos administrativos, ganho em escala, normatização e padronização de documentos e prestar serviços às associadas, como processamento de folha de pagamento, contabilidade, compensação, centralização financeira, entre outros.

15 Seguros contratados

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os equivalentes de caixa e relações interfinanceiras (ativo e passivo) e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestre findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

17 Partes relacionadas

Considerando que a Cooperativa é uma cooperativa central, diversas operações são realizadas exclusivamente com suas associadas (cooperativas singulares).

Descrição	2016	2015
	Diretores e Conselheiros	Diretores e Conselheiros
Despesas com honorários	594	454

Não há operações com essas partes relacionadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa.

18 Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil (Desfiliação)

Conforme solicitação de desfiliação datada de 23 de maio de 2016, a Cooperativa e associadas decidiram se desligar do quadro social da Unicred do Brasil. A decisão do Conselho de Administração da Cooperativa, aprovada por maioria de votos, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de maio de 2016, também definiu a filiação ao Sistema Cooperativo Sicoob. A Unicred Central SP firmou contrato de prestação de serviços com a Unicred do Brasil, para que os serviços essenciais sejam mantidos aos cooperados até o término da transição das operações para o Sicoob.

Os saldos das transações da Cooperativa com a Unicred do Brasil em 30 de junho de 2016 e de 2015 são os seguintes:

Descrição	2016	2015
Ativo circulante		
Centralização financeira – Unicred do Brasil (nota 5)	97.003	32.435
Fundo Garantidor de Depósitos (nota 5)	2.752	4.115
Títulos e valores mobiliários – Letra financeira subordinada (nota 4)	6.842	-
	<u>106.597</u>	<u>36.550</u>
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 8)	<u>11.671</u>	<u>11.671</u>

As operações foram realizadas em condições normais de seu mercado e regulamentações internas.

19 Resultado não operacional

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ingressos de comissões de seguros	111	53
Ingressos de serviços de marketing	231	286
Outros ingressos	61	7
	<u>403</u>	<u>352</u>

20 Índice da Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 10,66% em 30 de junho de 2016 e 19,04% em 30 de junho de 2015, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio de referência – PR	21.180	30.622
RWA para risco de crédito – RWAcpad	187.164	133.085
RWA para risco de mercado – RWAm pad	7.007	22.834
RWA para risco operacional – RWAopad	4.521	4.891
Montante RWA	<u>198.692</u>	<u>160.810</u>
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	19.621	17.689
Margem sobre o PR considerando a Rban	1.535	12.925
Índice da Basileia	<u>10,66%</u>	<u>19,04%</u>

21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa

a Risco operacional

Em cumprimento à Resolução do CMN 3.380/2006, esta Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de Risco Operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial das perdas operacionais é realizada também a apuração semestral da parcela referente ao risco operacional (RWAOPAD), uma das parcelas que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN 4.193/2013. A metodologia utilizada para apuração da parcela RWAOPAD é o BIA (Basic Indicator Approach).

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

b Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução do CMN 3.464/2007, esta Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Confederação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de mercado é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (RWAJUR / RWACAM / RWACOM / RWAACS / Rban), parcelas que compõem o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN

4.193/2013, assim como é realizada a elaboração mensal do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), em atendimento à Circular 3.429/2009 do Banco Central do Brasil.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

c Risco de crédito

Em cumprimento à Resolução do CMN 3.721/2009, esta Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de crédito é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (RWACPAD), parcela que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN 4.193/2013.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

d Risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução do CMN 4.090/2012, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à:

I - a possibilidade de a Cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Apesar de o passivo circulante ser superior ao ativo circulante em 30 de junho de 2016, considerando as operações atuais e passadas, bem como as políticas da Unicred do Brasil, a Administração da Cooperativa não vê risco de liquidez.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

e Gestão de capital

Em cumprimento à Resolução do CMN 3.988/2011, esta instituição implantou estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo o processo contínuo de:

I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e

III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

f Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócio (GCN) faz parte do projeto de Gestão de Riscos, sendo coordenado pela Confederação. Durante os anos de 2014 e 2015 os processos críticos (BIA's) foram mapeados, os Planos de Resposta a Emergência (PRE) e os Planos de Contingência Operacional (PCO) elaborados. Em 2016 a política e o manual estão em processos de revisão, bem como toda a metodologia do GCN.

De forma geral, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema Unicred contém os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos mais críticos no caso de ocorrência de eventuais interrupções.

g Risco socioambiental

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.327/2014, esta instituição está em fase de implantação da estrutura de gerenciamento de risco socioambiental compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, conforme a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e os planos de ação que foram aprovados pela Confederação em junho de 2015.

*** fim ***